



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: “40 anos da “Virada” do Serviço Social”

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Raça/Etnia, Geração e Sexualidade.

Sub-Eixo: Ênfase em Gênero.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES – DA GÊNESE AO ENFRENTAMENTO HISTÓRICO E PERSPECTIVA

Elisabeth Andrade de Oliveira Silva¹

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar ao leitor o debate teórico sobre a violência sexual perpetrada contra mulheres, alicerçado pelo debate das desigualdades de gênero. Também discutiremos a perspectiva do Serviço Social através de entrevista realizada com a assistente social do primeiro serviço de referência na cidade de São Paulo para mulheres vítimas de violência.

Palavras-chave: Violência sexual. Violência contra a mulher. Política para mulheres. Serviço Social.

Abstract: This article aims to present to the reader the theoretical debate about sexual harassment perpetrated against women, based by the debate on gender inequalities. We also discussed the social work perspective through the interview with the social worker of the first referral service in the city of São Paulo for women victims of violence.

Keywords: Sexual harassment. Violence against women. Women's politics. Social work.

INTRODUÇÃO

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado em 2016², aponta que a cada 11 minutos e 33 segundos uma pessoa foi estuprada no Brasil, sendo 5 a cada 1 hora, dado referente ao ano de 2015. O mesmo anuário, publicado em 2018³, aponta que no ano de 2017 foram registrados 61.032 casos e 5.997 tentativas de estupro no Brasil. As relações entre homens e mulheres construídas secularmente, tendo como produto final a exploração e o controle de corpos femininos, são determinantes para que se compreenda a violência a que as mulheres são diariamente expostas no espaço público e privado. Para Pellegrino (2018, p.70), “É preciso ter a noção clara do tamanho da misoginia enfrentada por mulheres que desafiam os donos do poder ao batalhar por uma representatividade mais igualitária [...]”.

Pensando em violência e poder como questões relacionadas, Pellegrino (2018) aponta que:

¹ Estudante de Graduação, Universidade Nove de Julho. E-mail: elisandoli@outlook.com.

² 10º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/10o-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

³ 12º Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2018/>>. Acesso em: 20 maio 2019.

Há algo profundamente inquietante, por ser perverso, na equação entre poder e violência. Ou na ausência de poder das mulheres e no excesso e violência dos homens sobre as mulheres. Ou no fato de homens ocuparem o topo da pirâmide do poder, enquanto as mulheres, sobretudo as negras, ficam na base da pirâmide da violência – como mostra estudo elaborado pela secretaria de políticas para as mulheres, baseado nos dez anos do Ligue 180. Na pesquisa, este grupo foi maioria entre as vítimas que utilizaram o serviço (58,55%) em 2015, por exemplo. (Pellegrino, 2018, p.65-66)

A pertinência desse estudo juntamente ao Serviço Social é reforçar o papel do assistente social na luta dos direitos humanos das mulheres, luta essa que é abarcada historicamente pela categoria profissional, ao passo que a violência perpetrada contra a mulher resulta de questões sociais, nesse caso, prioritariamente, mas não somente, nas relações sociais de sexo, que aqui trataremos como relações de gênero para melhor compreensão e a fim de seguir de maneira concomitante com os autores consultados.

A construção social do gênero, portanto, não pode se dar em detrimento da historicização do sexo. A crítica à biologização do sexo a que o gênero esteve associado é uma das razões que fazem algumas feministas preferirem a adoção do termo “relações sociais de sexo” e não gênero, por entenderem que o sexo também é socialmente determinado e que reduzi-lo à dimensão biológica reforça o processo de naturalização e de a-historicidade que a sexualidade tem sido tratada, notadamente, no ambiente teórico e político conservador. [...] (Cisne e Santos, 2018, p.50)

O conceito de gênero – feminino e masculino – são termos culturais historicamente construídos para pré-estabelecer papéis rígidos, padrões e comportamentos para distinguir os sexos, aprendidos por meio da socialização e fator condicionante para determinar funções sociais a qual homens e mulheres estariam “naturalmente” predestinados, utilizando-se de fatores biológicos e atributos naturais, cabendo, por exemplo, aos homens a dominação, a força e racionalidade e às mulheres a submissão, a fragilidade e a emoção. Esses fatores também permeiam a construção da sexualidade e implicam na relação de poder do corpo masculino sobre o feminino. Logo, nessa dinâmica se entende que as mulheres são as principais vítimas da violência sexual.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA MULHERES

Não há registros de como ou onde ocorreu o primeiro estupro, ou mesmo como se deu seu surgimento, mas Brownmiller (1975) traz uma reflexão acerca do tema. A autora conta que consegue imaginar como tenha sido a primeira vez em que um homem pré-histórico tenha tomado uma mulher sem a sua permissão e que, vendo a mulher vulnerável e não podendo se desvencilhar, percebeu que aquele ato significava conquistar aquele corpo por meio da imposição de uma suposta superioridade dada por atributos físicos. A

autora acredita que é a partir daí que o homem vê no estupro – violência sexual – uma arma de dominação e uma maneira de manter as mulheres em estado de medo.

[...] Man's discovery that his genitalia could serve as a weapon to generate fear must rank as one of the most important discoveries of prehistoric times, along with the use of fire and the first crude stone axe. From prehistoric times to the present, I believe, rape has played a critical function. It is nothing more or less than a conscious process of intimidation by which all men keep all women in a state of fear. (Brownmiller, 1975, p.15)⁴

Em acordo com a teoria de Brownmiller, Jeffreys (1990, p.171) aponta que "*All men are potential rapist*"⁵ levantando grande discussão sobre o tema. Quando se diz que todo homem é um esturador em potencial significa que a formação sexual masculina tem como base a violência – na qual é naturalizada a construção da masculinidade pela agressividade e a feminilidade pela passividade e não-combate – e que todo homem é capaz de esturpar uma mulher se assim desejar, e ainda que nenhuma mulher está em situação de saber qual homem apresenta ou não esse risco a ela, cabendo a ela a responsabilidade, caso seja violentada.

Some men may feel entirely innocent but it is not possible for women to treat them differently. To a woman in a train carriage or on a street every man is a potential rapist. The judicial system expects her to act on that assumption and will hold her responsible for her own victimisation if she treats a man who subsequently rapes her, with ordinary human politeness. (Jeffreys, 1990, p.171)⁶

É esperado da mulher o recato, a doçura, a subserviência, o conjunto do "ser mulher", mas existe a insubmissa, a imoral, a que resiste aos padrões a ela imposto, a que seduz e que não tem sua sexualidade sequestrada. Essa dicotomia é mais antiga do que parece, tem suas origens baseadas na tradição judaico-cristã com dois símbolos femininos em oposição: Eva e Maria.

A ideologia machista incorpora dois arquétipos de ser mulher enquanto um ser para o homem: Eva, sedutora e Maria, a mãe. A primeira para encantar o homem e a segunda, para gerar os filhos do homem; ambas para servi-lo. (Azevedo, 1985, p.127)

⁴ A descoberta do homem de que sua genitália poderia servir como uma arma para gerar medo deve ser classificada como uma das descobertas mais importantes dos tempos pré-históricos, juntamente com o uso do fogo e o primeiro machado de pedra bruta. Dos tempos pré-históricos até o presente, creio eu, o estupro tem desempenhado uma função crítica. Isto é nada mais nada menos do que um processo consciente de intimidação pelo qual todos os homens mantêm todas as mulheres em um estado de medo (Brownmiller, 1975, p.15, tradução nossa).

⁵ Todo homem é um esturador em potencial (Jeffreys, 1990, p.171, tradução nossa)

⁶ Alguns homens podem se sentir totalmente inocentes, mas não é possível para as mulheres tratá-los de forma diferente. Para uma mulher em um vagão de trem ou em uma rua, todo homem é um esturador em potencial. O sistema judicial espera que ela aja com base nessa suposição e a responsabilizará por sua própria vitimização se ela tratar um homem que subsequentemente a estupra, com polidez humana comum. (Jeffreys, loc. Cit., tradução nossa)

Esse arquétipo dual ainda é frequentemente difundido e se materializa quando se julgam as vítimas de violência sexual com base em sua vida sexual pregressa definindo quem tem ou não o direito a proteção contra o estupro, justificada sob a ótica da honra da vítima.

No Brasil, a história marcada pela escravidão submeteu majoritariamente mulheres indígenas, negras e pobres à violência sexual, socialmente representadas como corpos sexualizados e desprovidos de humanidade.

A mulher escrava era praticamente vista como aquela que guarda a semente, mas não cocausadora do nascimento do filho. A mulher é a coisa, a matéria onde podem unir-se os elementos que produzirão um outro ser. Mas, por si só, no seu estado *natural*, sem possuir o laço sagrado e legal do casamento, seu fruto será também natural. (Falci, 2012, p.275)

Segundo Falci (2012), caso a violência sexual contra a mulher escravizada resultasse na gestação de uma criança, essa não seria reconhecida como legítima, vivendo em cativeiro com sua mãe e permanecendo também em situação de escravidão.

Nesse sentido, a miscigenação brasileira, entendida como democracia racial, foi resultado do estupro de mulheres indígenas e negras desde os primórdios do Período Colonial.

RACISMO E SEXISMO: A IMPORTÂNCIA DA INTERSECÇÃO NA ANÁLISE DA VIOLÊNCIA SEXUAL

Analisar a violência contra a mulher sem considerar a intersecção entre gênero e raça incorre em uma distorção teórica, é preciso descolonizar a ideia da mulher universal, entendendo que mulheres brancas e mulheres racializadas⁷ vivenciam a violência sexual de maneira distinta.

O abuso sexual de mulheres negras, é óbvio, nem sempre se manifesta na forma de uma violência tão aberta e pública. Há o drama diário do racismo representado pelos incontáveis e anônimos enfrentamentos entre as mulheres negras e seus abusadores brancos – homens convencidos de que seus atos são naturais. Essas agressões têm sido ideologicamente sancionadas por políticos, intelectuais e jornalistas, bem como por literatos que com frequência retratam as mulheres negras como promíscuas e imorais. (Davis, 2016, recurso digital)

Davis entende a importância da interseccionalidade do debate dentro, inclusive, das pautas feministas e movimento antiestupro, concluindo que racismo e sexismo convergem,

⁷ Por *mulheres racializadas* se entende toda mulher não-branca, que foge do padrão – supremacista branco – imposto e tido como normativo, termo utilizado em substituição a “women of color” que é traduzido como “mulher de cor”, termo que no Brasil tem conotação racista.

para além do campo laboral, em que experiências perpassam o gênero e colidem com as questões raciais.

Nas fases iniciais do movimento antiestupro contemporâneo, poucas teóricas feministas analisaram com seriedade as circunstâncias particulares envolvendo as mulheres negras na condição de vítimas de estupro. [...] Sempre que as mulheres negras desafiaram o estupro, elas expuseram simultaneamente o uso das acusações falsas de estupro enquanto arma mortal do racismo contra seus companheiros. [...] (Davis, 2016, recurso digital)

Além de Davis apontar a falta de intersecção ao se discutir a violência sexual contra mulheres racializadas, ela ainda critica e elucida o racismo entranhado na teoria de feministas antiestupro, que acabam por colocar homens negros e racializados como mais propensos a cometerem atos de violência sexual, reforçando o que ela chama de *mito do estuprador negro*.

É uma dolorosa ironia que algumas teóricas antiestupro que ignoram o papel instigador desempenhado pelo racismo não hesitem em argumentar que os homens de minorias étnicas são especialmente propensos a cometer violência sexual contra mulheres. [...] (Davis, 2016, recurso digital)

A violência sexual então, sendo observada na perspectiva de raça para além do gênero, explicita o ataque contra a mulher, não apenas como indivíduo pertencente a uma casta inferior ao homem, mas como um ataque à sua identidade, à sua história e ancestralidade. Para além de uma violência de gênero, é uma violência que engloba racismo e a constante necessidade colonizadora de se pensar uma limpeza étnica em uma sociedade que deve estar em constante processo de purificação e *livre* do que não corresponde ao imaginário de moral e virtuoso.

Dessa forma, tanto homens quanto mulheres indígenas têm sido submetidos ao domínio do terror sexual. A violência sexual não afeta homens e mulheres indígenas da mesma forma. Quando uma mulher indígena sofre abuso, isso é um ataque à sua identidade como mulher e à sua identidade como indígena. [...] Tal fato explica porque durante minha experiência como conselheira de vítimas de abuso sexual sempre chegava um ponto em que a sobrevivente indígena dizia: "Não quero mais ser índia". (Smith, 2014, p.197)

Para Smith (2014, p.205), "*A história da violência sexual e do genocídio contra as mulheres indígenas ilustra como a violência gendrada funciona, em geral, como uma ferramenta do racismo e do colonialismo entre as mulheres de cor.*" O relatório da ONU (Organização das Nações Unidas) de 2010⁸ detectou que uma em cada três mulheres indígenas é estuprada durante a vida.

⁸ Relatório O Estado dos Povos Indígenas do Mundo <<http://www.un.org/esa/socdev/unpfii/en/sowip.html>> Acesso em: 20/11/2018

Os casos notificados pelo sistema de saúde revelam características particulares em relação ao gênero e a intersecção com idade e raça/cor: em 70% dos casos as vítimas eram menores de 18 anos, e em termos absolutos predominam as vítimas pretas e pardas (53,3%). Entretanto, se considerarmos a taxa de estupros por 100 mil mulheres por raça/cor, a população indígena apresenta a maior proporção, com 42,9 estupros por 100 mil mulheres indígenas. (ONU, 2018)

É a complexidade dessas relações que se coloca como desafio para o campo teórico do Serviço Social.

RESULTADOS DA PESQUISA – SERVIÇO SOCIAL E AS QUESTÕES DE GÊNERO

O movimento de reconceituação da profissão, que se materializa com o congresso da virada em 1979, marca o momento no qual se rompe com o conservadorismo e ideais positivistas que norteavam a categoria até então, repensando os preceitos éticos-políticos e se aproximando de ideais marxistas.

Ademais, Cisne e Santos pontuam o momento em que o debate começou a tomar um rumo mais progressista:

Toda essa movimentação, em busca de aprofundamento teórico-metodológico e ético político, ocorreu na conjuntura da década de 1980, que marca a efervescência política e cultural que se gestou na luta contra a ditadura civil-militar, em defesa da liberdade e da retomada do Estado de direito. [...] (Cisne e Santos, 2018, p.147)

A inserção do debate de gênero da formação dos assistentes sociais e, por consequência, refletido nos Órgãos e Conselhos da profissão, é apresentado como uma nova maneira de se olhar e pensar as desigualdades sociais. Pois, enquanto nos coloca como observadores da realidade singular apresentada pela população atendida, permite-nos pensar a classe trabalhadora não como homogênea, mas como conjunto de indivíduos com histórias e necessidades distintas.

Muito embora a categoria do profissional tenha incorporado no debate teórico as minorias sociais, crenças conservadoras ainda divergem do projeto ético-político da profissão. É nessa perspectiva que tivemos a preocupação de compreender os desafios até aqui colocados sob a ótica de uma profissional que tem tanto uma trajetória de militância no campo da igualdade de gênero como experiência profissional no atendimento das vítimas da violência.

Foi assim que chegamos à Maria Elisa, formada em Serviço Social no ano de 1978 pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que nos trouxe reflexões sobre os desafios encarados na discussão e atuação enquanto assistente social com vítimas de violência sexual.

“Quando eu sai da faculdade, fui contratada pelo meu próprio estágio, que era o Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), onde eu fazia trabalho com mulheres periféricas, que naquela época chamava-se Clube de Mães. Como a periferia da cidade já estava envolvida com o movimento de luta pela carestia e os movimentos sociais pela redemocratização, foi um excelente momento para trabalharmos com os grupos de mães para que se tornassem grupo de mulheres. Elas se intitulavam Clube de Mães porque achavam que o mais importante da vida era ser mãe [...]” (Entrevistada Maria Elisa dos Santos Braga, 2019)

É na inserção da mulher como ser político e social que acontece a modificação das percepções do *ser mulher* como uma construção plural e complexa, entendendo sua potência tanto em âmbito coletivo quanto individual, na esfera pública e privada, sendo protagonista de sua própria história.

“No trabalho com as mulheres da periferia, eu não sabia que era uma direção feminista, mas era, no sentido das mulheres se verem como mulheres e não só como mães, porque o que tinha era clube de mães para cuidar das crianças. Essas mulheres sempre cuidaram da comunidade, da desigualdade, de tudo envolvido nos movimentos sociais, mas se assumiam como mães, ali o trabalho do serviço social era justamente para que elas se vissem como mulheres, entendessem quais eram suas necessidades e reivindicassem como mulheres as suas necessidades para dentro do mundo privado, para dentro do mundo público, e até mesmo nos movimentos sociais, onde ela estava presente, mas era sempre invisibilizada, sempre por um homem que era quem estava na frente do movimento [...]” (Entrevistada Maria Elisa dos Santos Braga, 2019)

O primeiro passo para a consciência feminista das mulheres começa com a ruptura das mais variadas apropriações do que sofrem. Processo esse que estamos denominando de *apropriação de si*, no sentido de as mulheres se perceberem como sujeitos e passarem a lutar por sua autonomia e liberdade, o que demanda rupturas estruturais e superações ideológicas, a começar com o modelo hegemônico de família e a ideologia de naturalização dos sexos. [...] (Cisne, 2014, p.176-177)

A discussão acerca da categoria gênero, no Brasil, é nova e surgiu com o processo de redemocratização do país, a partir da década de 1980. Movimentos feministas, junto a frentes de movimentos sociais e sociedade civil – com o advento da democratização e derrocada da ditadura que marcaram a década de 1980 – passaram a fomentar, acessar e interferir na formulação de políticas públicas. No entanto, o movimento feminista tinha em seu objetivo central a questão de gênero, visando transformar a dicotomia presente na relação entre homens e mulheres. De acordo com Farah (2004, p.51), “sob impacto desses movimentos, na década de 80 foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero.”.

O primeiro CRM do país, construído em 1990 no município de São Paulo, a Casa Eliane de Grammont foi resultado da luta iniciada nos anos 1980 contra as violências praticadas contra mulheres. Foi nesse momento também que a entrevistada passou a se identificar enquanto feminista, entendendo sua prática profissional como militância nas causas feministas.

“[...] quando eu entrei na casa Eliane de Grammont eu me deparei com a categoria gênero que eu não conhecia, ninguém falava de gênero, não existia essa categoria na formação dos Assistentes Sociais, eu não conhecia nenhuma assistente social que falasse de gênero, então eu fiquei absolutamente impactada com aquela compreensão. Isso em 1992. Aquela categoria que iluminava a compreensão das desigualdades entre homens e mulheres fez eu resolver trancar meu mestrado e estudar gênero.” (Entrevistada Maria Elisa dos Santos Braga, 2019)

Percebendo a necessidade de se discutir as mazelas que envolviam as desigualdades entre homens e mulheres juntamente com a profissão, o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo fundou o primeiro núcleo para se discutir gênero e questões relacionadas ao tema.

“Aqui – em São Paulo – no CRESS montamos o primeiro núcleo para se discutir gênero, porque eu sabia que as pessoas não estavam discutindo. Eu estava no CRESS, final de 2000 começo de 2001, e hoje eu represento o CRESS e o CFESS na área de ética, direitos humanos e na área de gênero. No CFESS eu sou representante nos grupos de estudos sobre o aborto, que é um grupo formado por várias áreas profissionais, por dois conselhos de profissão, o de psicologia e o de serviço social, associações de obstetras e ginecologistas que são a favor da descriminalização e legalização do aborto, médicos independentes, defensores independentes e movimentos sociais feministas, o CFEMEA, Católicas pelo direito de decidir, agora as Evangélicas pelo direitos de decidir fazem parte desse grupo de estudos sobre o aborto que já existe há mais de dez anos, e o CFESS sempre fez parte desde que assumiu a posição de ser pela descriminalização e legalização do aborto [...]” (Entrevistada Maria Elisa dos Santos Braga, 2019)

O trabalho realizado enquanto assistente social com mulheres vítimas de violência de gênero foi iniciado com seu ingresso no CRM Casa Eliane de Grammont, na qual ela aponta a necessidade do trabalho conjunto com outros profissionais, prestando um atendimento integral à mulher, e de atuar de forma militante, buscando desconstruir o processo de violência contra a mulher junto à sociedade.

“[...] nunca atuamos atendendo somente as mulheres que sofriam violência, mas atuávamos sim em todas as frentes para tentar desconstruir esse processo de violência na sociedade. Sempre estivemos nas conferências, na luta pelas políticas, na construção por exemplo da Lei Maria da Penha. Qualquer mobilização que houvesse para avançar na política, nos direitos das mulheres a gente estava presente. A Lei Maria da Penha passou por nossa discussão, ficou 2 anos sendo discutida, o movimento feminista fez isso no Brasil inteiro, e entendia a gente como um centro que podia dar certa contribuição e então passou por nós discutir a lei, e aspectos na lei para que depois ela fosse aprovada.” (Entrevistada Maria Elisa dos Santos Braga, 2019)

Maria Elisa frisa a importância de Luiza Erundina, prefeita da cidade de São Paulo, no período que antecedeu a criação do primeiro CRM do país: “A conjuntura política anterior era muito conservadora, a implementação do CRM não foi difícil porque a Luiza foi uma militante na prefeitura”. Embora houvesse resistência no que dizia respeito a avanços em financiamento e tudo que precisasse de aprovação de membros da câmara – que naquele momento era composto majoritariamente por partidos de direita –, a então prefeita de São

Paulo passou por cima das dificuldades encontradas a fim de priorizar as demandas das mulheres “[...] era difícil, mas o que ela pôde fazer, ela fez e construiu. As secretarias foram pensadas a fim de colocar a mulher como protagonista.”

O trabalho em rede – atuação com outros campos de atenção à saúde e direitos da mulher – aparece com o objetivo de atingir as distintas sequelas provocadas pela violência, entendendo a mulher como um conjunto de construções sociais, sentimentos e complexidade de elementos acumulados em suas experiências de vida e que, nesse momento, carece de atenções de profissionais focalizadas.

A desconstrução dos papéis feminino x masculino e fortalecimento da mulher dando suporte, criando reconhecimento dela com a realidade para além das experiências de violência e guiando para a compreensão de se ver como um ser de direito e não responsável pelo que lhe aconteceu, é essencial. O trabalho é contínuo e deve ser acompanhado por toda a equipe, mesmo depois de haver um encaminhamento para outras especialidades.

“O trabalho em rede e as parcerias eram essenciais quando recebíamos a vítima de violência sexual ou identificávamos essa violência – porque muitas das mulheres que sofriam violência sexual, não tinham a menor noção que elas sofriam a violência sexual –, porque elas sentiam que isso era parte do casamento, do casamento infeliz, porque as mães foram assim e elas seriam assim. Então trabalhar a consciência dessas mulheres de que elas sofriam violência sexual era nosso trabalho para depois encaminhá-las para um serviço especializado para atendimento da violência sexual.” (Entrevistada Maria Elisa dos Santos Braga, 2019)

Muitas são as dificuldades encontradas diante do atendimento da mulher sexualmente violentada, para além de não reconhecer a violência, como já dito anteriormente, muitas, por motivos distintos – incluindo o medo, a vergonha, a dependência emocional e financeira – quando violentadas por seus companheiros, não conseguem se pronunciar sobre a violência. É então trabalho primário do assistente social, atuando frente essa questão, identificar a demanda subjetiva no discurso e no comportamento trazido para atendimento.

Diante do atual cenário político brasileiro, que apresenta uma nova onda conservadora, é necessário que tenhamos em mente a frase icônica da mundialmente conhecida escritora e teórica feminista Simone de Beauvoir: *“Basta uma crise política, econômica e religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida.”*, para que nos lembremos que avanços conservadores caminham em direção à regulação social de corpos femininos.

“Hoje apesar de a violência contra a mulher ser um tema muito discutido, nós tivemos muitos retrocessos na política. Chegamos a construir uma secretaria de

política para mulheres, que a Erundina queria construir naquele momento histórico e não conseguiu, mas deu indicativo para quem viesse em seguida fazer, e a gente só consolida isso muito mais pra frente para depois desconstruir. Desconstrói direitos humanos, desconstrói política para as mulheres, querem terceirizar tudo, querem inclusive terceirizar a Casa Eliane que ao que me parece não terceirizaram até agora porque o movimento feminista está encima, mas outros centros de referências diretos eles já foram terceirizados. Essa onda conservadora, que tem a ver com o neoliberalismo correndo solto e tendo domínio mundial, faz com que se tire o investimento social cultural, político, ético e financeiro das políticas para as mulheres.” (Entrevistada Maria Elisa dos Santos Braga, 2019)

Em discurso intitulado *I Want a Twenty-Four-Hour Truce During Which There Is No Rape*⁹ feito na Midwest Regional Conference of the National Organization for Changing Men, em 1983 em St. Paul, Minnessota, Dworkin faz um apelo aos homens, e em uma das passagens fala sobre como a guinada da *Direita conservadora* abarca os direitos das mulheres.

Some of you are very concerned about the rise of the Right in this country, as if that is something separate from the issues of feminism or the men's movement. There is a cartoon I saw that brought it all together nicely. It was a big picture of Ronald Reagan as a cowboy with a big hat and a gun. And it said: "A gun in every holster; a pregnant woman in every home. Make America a man again." Those are the politics of the Right.

If you are afraid of the ascendancy of fascism in this country--and you would be very foolish not to be right now--then you had better understand that the root issue here has to do with male supremacy and the control of women; sexual access to women; women as reproductive slaves; private ownership of women. That is the program of the Right. That is the morality they talk about. That is what they mean. That is what they want. And the only opposition to them that matters is an opposition to men owning women. (Dworkin, 1983, p.17)¹⁰

Em relação às perspectivas com relação ao fim do ciclo de violência contra a mulher, a palavra que pode sintetizar suas considerações é: resistência.

“Eu sinto, e o Conselho Federal tem dito isso: que a nossa função agora é resistir para perder menos, então eles continuam investindo. É o que nos resta nesse momento, mas queremos mais, precisamos de mais, isso não é suficiente, porque afinal nós não tínhamos conquistado tudo, estávamos em pleno processo de conquista.” (Entrevistada Maria Elisa dos Santos Braga, 2019)

É preciso que seja sempre reafirmada a importância da luta intransigente pela democracia, liberdade e equidade, visto que é uma luta – assim como a luta contra a

⁹ Eu quero uma trégua de 24 horas sem estupro (tradução nossa).

¹⁰ Alguns de vocês estão muito preocupados sobre a ascensão da Direita neste país, como se isso fosse algo separado das questões do feminismo ou do movimento masculino. Há um bom cartoon que eu vi que traz tudo isso junto. Era uma grande foto de Ronald Reagan como um cowboy com um grande chapéu e uma arma, e dizia: “Uma arma em cada coldre; uma mulher grávida em cada casa. Faça a América um homem de novo.” Estas são as políticas da Direita.

Se vocês estão com medo da ascensão do fascismo neste país – e vocês seriam muito idiotas se não estivessem agora – então, é melhor vocês entenderem que a raiz da questão aqui tem a ver com a supremacia masculina e o controle de mulheres; acesso sexual às mulheres; mulheres como escravas reprodutivas; mulheres como propriedades privadas. Este é o programa da Direita. Esta é a moralidade sobre a qual eles falam. Isto é o que eles querem dizer. Isto é o que eles querem. E a única oposição que a eles importa é uma oposição de homens possuindo mulheres. (Dworkin, 1983, p.17, tradução nossa)

violência praticada contra mulheres – que deve ser encarada por toda a sociedade como um processo coletivo e de responsabilidade mútua, como aponta Azevedo (1985):

A violência contra a mulher é uma rua de mão única e lá no fundo pode estar a morte. Combatê-la é dever do Estado e da sociedade já que, como demonstramos com os dados dessa pesquisa, ela está longe de constituir uma sobrevivência do passado. Continua viva e presente no dia-a-dia de um sem-número de lares paulistanos. Somos todos, portanto, responsáveis por sua reprodução cotidiana. (Azevedo, 1985, p.161)

Para além de continuar discutindo a violência contra a mulher, é necessário, neste momento, que estejamos vigiantes e alertas para que mais nenhuma conquista seja perdida e que consigamos voltar a articular os ganhos diante das perdas tidas até aqui.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática central tratada por este artigo que se assentava em discutir o processo de engendramento e legitimação da violência sexual praticada contra a mulher se desdobrou, compreendendo a necessidade de se discutir relações de gênero, com enfoque na violência sexual, junto ao Serviço Social.

Como discorremos anteriormente, embora tenhamos visto e vivido avanços em relação às ações e promoções no que diz respeito aos direitos das mulheres vítimas de violência sexual, é necessário que se pense em ações a fim de mudar a cultura que permite que as mulheres continuem sofrendo pela misoginia entranhada no imaginário da sociedade. Apenas a política do punitivismo não é eficiente no que diz respeito ao enfrentamento, é preciso que se eduquem os homens para que não violentem mulheres e que se eduquem mulheres para que reconheçam as violências, caso venham a acontecer.

Os avanços no que diz respeito à formação e à atuação dos profissionais assistentes sociais deve impreterivelmente caminhar em paridade com as novas discussões que se desdobram na sociedade como resultado da questão social e, nesse caso, as relações sociais de desigualdade de gênero, tendo em vista a necessidade de correlacionar a prática com a teoria, objetivando atuar com a realidade social para construir uma sociedade justa e igualitária.

Políticas de governos conservadores como o atual, em que se tramita a extinção do direito de abortamento de gestação resultante de violência sexual, a facilitação de acesso a armas de fogo e a proibição da abordagem de temáticas de gênero e educação sexual nas escolas, corroboram para que se sustente uma sociedade na qual cada vez mais a violência esteja presente e seja normatizada.

É por esse e outros motivos anteriormente discutidos que concluímos a importância de se estudar e aprofundar o debate sobre a violência a qual mulheres são diariamente

expostas. No mais, o debate teórico aqui apresentado não se esgota nessas páginas e novos estudos são importantes devido à complexidade da temática.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres espancadas**: A violência denunciada. São Paulo: Cortez, 1985.

BROWNMILLER, Susan. **Against Our Will** – Men, Women and Rape; tradução nossa – Estados Unidos – Simon & Schuster, 1975; cap 1. The Mass Psychology of Rape: An Introduction.

CISNE, Mirla. **Feminismo e consciência de classe no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2014.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade e serviço social**. São Paulo : Cortez, 2018. (Biblioteca básica de serviço social; v.8).

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico]; tradução Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DWORKIN, Andrea. I want a twenty-four-hour truce during which there is no rape. In: BUCHWALD, Emilie; FLETCHER, Pamela; ROTH, Martha. (Edit.) **Transforming a Rape Culture**. Minneapolis: Milkweed Editions, 1993, p. 11-22.

FALCI, Miridan Knox. **Mulheres do Sertão Nordestino**. (História das Mulheres no Brasil / Mary Del Priore (org.). 10.ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.

FARAH, Marta Ferreira Santos. Gênero e Políticas Públicas. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 1, p. 47-71, 2004.

JEFFREYS, Sheila. **Anticlimax**: A Persperctive on the Sexual Revolution; tradução nossa – Reino Unido – New York University Press, 1990; cap. 5. Feminism and Sexuality – THE DAYS OF EXPERIENCE, p.171-178.

PELLEGRINO, Antonia. **Política Representativa**. Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade / Heloisa Buarque de Hollanda. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p.61-72.

SMITH, Andrea Smith. A Violência Sexual Como Uma Ferramenta de Genocídio. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p.195-230, jan./jun. 2014.